

ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO № 71/2015

COMARCA DE RIO NEGRO

JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA – ANEXO AO OFÍCIO CÍVEL

DATA: 02 de Dezembro de 2015

EQUIPE CORREICIONAL

CORREGEDOR DA JUSTIÇA DES. ROBSON MARQUES CURY

JUIZES AUXILIARES

- Dra. Angela Maria Machado Costa
- Dr. Diego Santos Teixeira
- Dr. Everton Luiz Penter Correa
- Dr. Horácio Ribas Teixeira
- Dr. Ricardo Henrique Jentzsch

ASSESSOR CORREICIONAL

- Caio Cassou Junior
- Danilo Henrique Oliveira
- Eduardo Bueno de Oliveira
- Jorge Macedo
- Luiz Fernando Altheia Molinari
- Paulo Roberto Altheia de Mello
- Rafael Antonio de Albuquerque

JUÍZ TITULAR: ALEXANDRO CESAR POSSENTI

ASSUNÇÃO: 22.04.2014

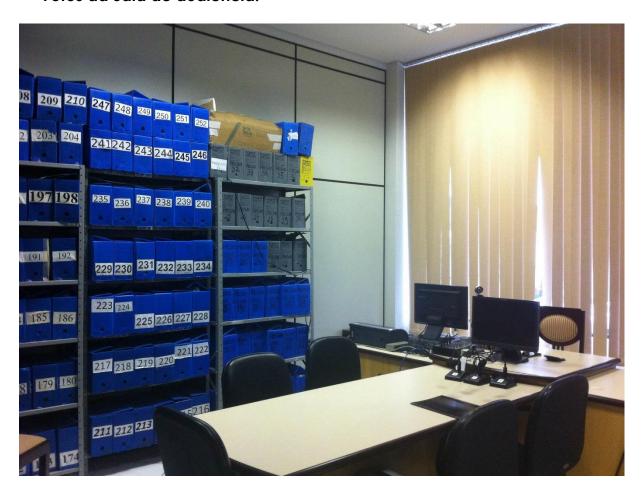
	1.1. FUNCIONÁRIOS				
	Nome	Cargo			
1	CARLOS SCHLICHTING	Secretário			
2	SANDRO RODRIGO PEREIRA	Técnico Judiciário			
3	OLGA WAJDA Funcionária				
4	DYOVANNA DE OLIVEIRA TUCHINSKI Estagiária				
5	RUBIA CARLA PEREIRA	Estagiária			
6	OSWALDO PINTO NETO	Estagiário			
7	CARLOS GILBERTO WOLF	Oficial de Justiça			
8	MARIO BLUMENTHAL	Oficial de Justiça			
9	JOÃO AFONSO HIRT Técnico Judiciário – Cumprimento de manda				
10	THIAGO RODRIGUES Técnico Judiciário – Cumprimento de mandado				
	Gabinete do Ma	gistrado			
1	MARCELLE LOUISE OGIBOWSKI	Assistente de Juiz			
2	CAMILA CRISTINA NUNES	Estagiária de Pós-Graduação			
3	JORDANA HOLTZ	Estagiária de Graduação			
4	EMERSON JOSÉ PILZ	Estagiário de Graduação			

1.QUESTÕES ESTRUTURAIS



1.2. INSTALAÇÕES		
Espaço físico:	O edifício é novo, contudo o espaço demonstra- se relativamente pequeno.	
Sala de audiências:	A Vara possui uma sala de audiência, na qual também é realizada a audiência de conciliação. Em que pese se encontrar em bom estado de conservação, ela também está sendo utilizada para arquivo.**	
Informações ao Público:	Está afixado em local visível ao público: o disposto no CN 2.5.1.1, adequado ao Provimento nº 127; a relação de intimações ao Diário da Justiça; a pauta mensal de audiências está afixada.	
Localização:	Rua Bom Jesus, N. 280, CEP 83.880-000.	

**Fotos da Sala de audiência:







Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE



1.3. **EQUIPAMENTOS**

Gabinete e Assessoria:	02 computadores 03 monitores 01 impressora 01 multifuncional.
Equipamentos na Vara:	05 computadores 05 monitores 01 impressora (sem funcionamento) 3 scanners
Equipamento na Sala de Audiências:	01 computadores 02 monitores 01 impressoras 01 equipamentos de gravação de audiências

DADOS ESTATÍSTICOS

Anexo estatístico em separado – Sistema Boletim Unificado.

3. LIVROS

LIVROS DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL

I - Registro de Pedidos: Apresentados os Livros nº 01, 02, 03 e 04.

II - Arquivo de Autos Destruídos: Apresentado o Livro nº 01. Está proibida a destruição de autos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

4. DADOS PROJUDI

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 4.1.

Constam no sistema PROJUDI – área <u>Juizado Especial CÍVEL:</u>

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
<u>852</u>	<u>3.750</u>	<u>142</u>	<u>72</u>



Constam 22 processos paralisados há mais de 30 dias, que deverão ser regularizados. Cite-se como exemplo:

Nº do Processo	Dias Paralisado
0001541-75.2015.8.16.0146	67
0001341-15.2008.8.16.0146	57
0000223-57.2015.8.16.0146	57
0000873-75.2013.8.16.0146	56

Há 03 processos aguardando cumprimento de decisão há mais de 5 dias. Cite-se de exemplo:

Nº do Processo	Dias Paralisado
0003843-77.2015.8.16.0146	14
0003396-89.2015.8.16.0146	14
0003214-06.2015.8.16.0146	13

Há 03 processos com juntada pendente de análise.

4.2. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Constam no sistema PROJUDI – área Juizado Especial da FAZENDA **PÚBLICA**:

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
<u>06</u>	<u>20</u>	<u>17</u>	<u>01</u>

Não há processos paralisados há mais de 30 dias.

Não há processos aguardando cumprimento de decisão há mais de 5 dias.

Não há processos com juntada pendente de análise.

5. PROCESSOS PROJUDI ANALISADOS

Processo 0001038-30.2010.8.16.0146 – Procedimento do Juizado Cível – Contratos bancários.



Observou-se que na digitalização processual não se procedeu à padronização da nomenclatura processual. A secretaria quando da digitalização dos processos deverá atentar-se para esse item. REGULARIZAR.

Processo 0001541-75.2015.8.16.0146 – Execução de Título Extrajudicial – Atos **Executórios**

Atenta-se para o fato de que o último movimento se deu na data de 25/09/2015, desde então o processo se encontra paralisado (mov. 55): "JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE". Paralização injustificada. A escrivania deverá conferir pronto andamento processual, bem como, justificar a inércia ao Magistrado.

DETERMINAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

- A Resolução n. 121 de 24 de novembro de 2014 determinou que as escrivanias/secretarias digitalizem de forma gradativa os processos físicos em tramitação. Desta forma, em consonância com o princípio da razoável duração do processo foi publicada a Instrução Normativa 05/2015 em 17.04.2015 conferindo diretrizes ao seu cumprimento. Item não observado. Na ocasião, constatou-se 05 (cinco) processos físicos, os quais se encontram na Turma Recursal e que ainda não foram digitalizados (certificado pela secretaria), são eles:
 - Autos s n. 346/2008;
 - Autos s n. 428/2008;
 - Autos s. n. 484/2008;
 - Autos s. n. 655/2008;
 - Autos s. n. 336/2009.
- A secretaria deverá realizar conclusões diárias ao magistrado consoante disposição do item 6.11.2 do CN. Item observado.
- É vedada, pelo Código de Normas, a paralisação de processo por mais de 30 (trinta) dias, salvo deliberação judicial em contrário. Item não observado:





- **4.** Processos em carga/remessa com Juízes Leigos. Consta, no total, de cinquenta e nova (59) processos. Processos em carga/remessa com Juiz Leigo: **A** data de conclusão mais antiga data de 23.09.2015. A Secretaria deverá atentar-se quando do excesso de prazo, devendo alertar o Juiz Leigo quando o verificado, submetendo a questão ao Magistrado Supervisor. Deve, ainda, dar especial atenção à cobrança de processos com excesso de prazo e que apresentam tramitação prioritária.
- **5.** Quando da interposição do recurso inominado a secretaria certificará a data do ingresso, tempestividade, e o preparo, que deve ocorrer independentemente de intimação, na forma dos itens 17.1.3.7 e seguintes do Código de Normas. **Item observado**.
- **6.** A suspensão de processos deve decorrer de determinação legal ou do Juízo, não podendo atuar a Secretaria de ofício, salvo a hipótese de portaria delegatória.
- **7.** Em relação à digitalização, a Secretaria deverá observar o disposto no Provimento 223, já inserido no Código de Normas, entre elas, o que dispõe sobre a padronização da nomenclatura dos documentos. A sua digitalização não poderá se dar em forma de blocos. <u>Item não observado</u>. **Exemplo: Processo 0000076-61.1997.8.16.0146.**



8. Atentar para o correto cadastro de CPF/CNPJ das partes legítimas no processo. Item não completamente observado: Processos 0000076-61.1997.8.16.0146 e 0000031-95.2013.8.16.0146.

AO JUIZO

- Concede-se o prazo de noventa (90) dias para que a secretaria cumpra as determinações e regularize todas as falhas apontadas nesta ata, sob a supervisão da magistrada, independentemente, de adoção de outras medidas administrativas.
- A magistrada deverá acompanhar o trabalho e elaborar relatório circunstanciado minucioso, o qual deverá ser encaminhado à Corregedoria, de acordo com o disposto no CN 1.13.65.
- O relatório deverá estar acompanhado da certidão lavrada pela secretaria, dando conta da regularização das falhas.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

À Divisão Administrativa da Corregedoria para os devidos fins.

9. CONCLUSÃO

Nada mais havendo a consignar pelo Des. Robson Marques Cury, Corregedor-Geral da Justiça e pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria, foi lavrada a presente ata pelo Assessor Correicional Rafael Antonio de Albuquerque, assinada digitalmente.

> Des. Robson Marques Cury Corregedor da Justiça